

Delírio no fim da festa

Nem mesmo os mais duros inquisidores petistas compareceram e, pela terceira vez, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados não conseguiu reunir-se. Motivo: falta de quórum. Dos 54 membros da Comissão que decide todos os pedidos de cassação feitos pela CPI do Orçamento, apenas 20 titulares e dois suplentes estavam presentes. No corredor da morte eleitoral, três deputados —

Daniel Silva (PPR), Ezio Ferreira (PFL) e Paulo Portugal (PP) — aguardam a decisão, seja qual for, com invulgar ansiedade. Não é para menos: com o esvaziamento crescente do Congresso, os três ainda acabam escapando por razão inédita: o esquecimento! É compreensível a ansiedade dos ilustres representantes populares; afinal bastam pouco mais de três semanas para o recesso de julho quando, na prática, se encerra a época de grandes decisões desta legislatura. Ou alguém acredita que, no segundo semestre, deputados e senadores abandonarão as famosas bases para votar em Brasília seja lá o que for?

O espetáculo parece que perdeu o brilho e portanto o *show* continua, mas em outro lugar. O presidente da Comissão mandou a relação dos faltosos ao presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, e pediu providências. Nesse ponto, no capítulo das providências, parece que a razão definitivamente abandonou a direção da chamada Casa das Leis. Se é absolutamente correto que “está em jogo a imagem da instituição”, como diz o presidente da Câmara — porque afinal ou se julgam todos os acusados por igual ou anula-se tudo o que já foi feito, em nome da mais elementar *isonomia* —, convocar pela mídia os faltosos, em cadeia de rádio e televisão, é assinar atestado de absoluta incompetência corporativa.

Se a única forma que a instituição conhece para obrigar seus integrantes a “estar à altura das nossas responsabilidades” (ainda palavras do deputado Inocêncio) é a execração pública, vamos mal. Muito mal. Usar a mídia para fazer alguém trabalhar é algo mais do que empreender uma grande mis-

celânea institucional; é emprestar a um serviço, que é concessão do Estado, o poder de promotoria e de magistratura. Tudo oficial e obrigatório. Já teria pensado o ilustre representante por Pernambuco no dia seguinte desse “pronunciamento”, com ampla divulgação na base eleitoral de cada um dos faltosos, como quer o presidente da Câmara para a sempre lembrada imagem da instituição? E, quando excessos da mídia ocorre-

rem, como o deputado pretende explicar ao eleitorado a escolha da ampla execração institucional de ontem?

Nesse lamentável episódio da contumaz falta de quórum dos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, a palavra mais sensata talvez tenha sido a do deputado José Genoíno que foi direto ao ponto que interessa: os faltosos “são irresponsáveis”, garantindo que pouco importa se o ausente é “meu correligionário ou não”. Essa é a verdadeira questão: a Câmara tem estrutura institucional suficiente para punir *irresponsáveis*? O espírito de corpo permite o corte na própria carne? Ou essa tarefa é delegável a outrem, no caso à mídia? Se ela não resolver o problema, quem o presidente Inocêncio convocará para fazer a tarefa de gerar responsabilidade nos integrantes do Poder Legislativo? No próximo passo chamará gente armada ou ainda permanecerá clamando por ajuda entre os desarmados mesmo?

Um pouco de quase tudo aconteceu nessa famosa *CPI do Orçamento*. Conchavos políticos impediram convocações à esquerda e à direita, indistintamente, inocências foram sacramentadas na undécima hora e a tudo a Nação assistiu passivamente. Não conseguir nem mesmo julgar os que foram oficialmente denunciados é dar passo perigoso. É proclamar aos quatro ventos uma insuportável incompetência. Conter essa incompetência é a mais clássica das tarefas internas de um poder da República que faz tanta questão de se apresentar como rigorosamente autônomo. Mesmo em fim de festa, alguma dignidade precisa ser mantida. Principalmente em nome do bom senso.

Pior do que a falta de quórum para julgar deputados acusados é a “providência” de Inocêncio